

O Congresso e o porto 11 JAN 1991

O GLOBO

A TÉ os mais ferrenhos adversários do Presidente Collor reconhecem que o Governo vem implantando no País importantes reformas em suas estruturas, particularmente nos setores social e econômico.

INDISTINTAMENTE, todas as classes sociais e categorias de trabalhadores têm sido atingidas por essas transcendentais modificações, muitas vezes com irreparáveis prejuízos para grupos e pessoas.

ENTRE muitos outros, destaca-se o significante exemplo dos militares que, disciplinadamente, vêm aceitando a supressão de antigos privilégios e prerrogativas.

POR dever de justiça deve-se reconhecer a inestimável colaboração do Congresso no esforço do Governo para erradicar males arraigados e aprimorar os costumes nacionais.

CORTANDO a própria carne, vem o Congresso eliminando internamente mordomias e gastos supérfluos, sob aprovação unânime da opinião pública.

ESTÁ cada vez mais claro, para o Governo e para o povo, que, no regime democrático, torna-se indispensável o apoio do Congresso — integrado por todos os segmentos da sociedade — para qualquer reforma de vulto a ser introduzida no País.

SOBRETUDO quando as mudanças projetadas pelo Executivo representam as aspirações e os interesses da Nação é imprescindível o aval do Congresso para a necessária legitimação do processo.

PERCEBENDO que o anacrônico sistema de trabalho vigorante nos portos brasileiros tem sido ponto de crescente estrangulamento do nosso ainda precário comércio exterior, decidiu O GLOBO, há tempos, empreender campanha no sentido de esclarecer a opinião pública sobre a relevante questão.

ASSIM, desde abril de 1989, em uma série de mais de

30 reportagens e editoriais, vimos revelando — e até denunciando — as anomalias e irregularidades que cercam as operações de carga nos cais brasileiros, frutos de uma regulamentação arcaica, com mais de meio século de existência.

DESDE então, com incontida satisfação, temos não só recebido inúmeras manifestações de aplauso — inclusive de congressistas — como também assistido à louvável incorporação de outros órgãos da imprensa à saneadora campanha.

ASSUMINDO em março do ano passado, o Governo Collor logo entendeu a importância do assunto, não só como item básico da reforma administrativa, mas, em particular, do aperfeiçoamento do comércio exterior brasileiro, para colocá-lo nos "padrões internacionais", conforme prometera o Presidente em seu programa de Governo.

DESDE então, os Ministérios e órgãos competentes vêm examinando detidamente a matéria, ouvindo as partes interessadas, em particular empresários e trabalhadores.

E CLARO que essa essencial consulta aos setores diretamente ligados ao movimento dos portos não significa compromisso do Governo de adotar as respectivas reivindicações.

A PÓS todos esses meses de análise e pesquisa, parece terem as autoridades chegado a um consenso para dar início à inadiável reestruturação dos portos nacionais.

DENTRO do salutar ritual democrático deverá agora o Governo submeter a reforma ao Congresso, que dará a palavra final, oferecendo, se for o caso, as alterações cabíveis ao projeto.

FICARÁ, portanto, sob a responsabilidade dos deputados e senadores a solução definitiva para a indispensável modernização do sistema portuário, ponto estratégico para o desenvolvimento da economia brasileira.